

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO PARA O MERCADO: A “EMPREGABILIDADE” E  
A PRODUÇÃO DO TRABALHO PRECARIZADO**

**SCHOOL EDUCATION AND TRAINING FOR THE MARKET: "EMPLOYMENT" AND  
THE PRODUCTION OF PRECARIZED WORK**

**LA EDUCACIÓN ESCOLAR Y FORMACIÓN PARA EL MERCADO: LA  
"EMPREGABILIDADE" Y LA PRODUCCIÓN DEL TRABAJO PRECARIZADO**

Marco Antônio de Oliveira Gomes<sup>1</sup>

Gedeli Ferrazzo<sup>2</sup>

Cláudia Barbosa Lôbo<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de os processos educativos e de formação e qualificação por meio do sistema escolar permitirem a composição adequada das competências para conferir aos milhões de desempregados a empregabilidade. Em um cenário que a qualificação do trabalhador, por meio de uma formação flexível, tem sido alardeada em diferentes espaços como sendo um requisito fundamental para sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto, o trabalho tomou como referência autores como Marx e Engels (1984, 2007), Frigotto (1999) e Outhwaithe e Bottomore (1996), entre outros. Concluiu-se que as atuais propostas educacionais se estabelecem enquanto instrumento de facilitação e aceitação consensual dos interesses do capitalismo contemporâneo, e não como forma de superação da ordem estabelecida.

**Palavras-chave:** Processos Educativos. Empregabilidade. Formação Flexível.

**Resumen:** El presente trabajo tiene como objetivo analizar la posibilidad de que los procesos educativos y de formación y calificación por medio del sistema escolar permitan la composición adecuada de las competencias para conferir a los millones de desempleados la empleabilidad. En un escenario que la calificación del trabajador, por medio de una formación flexible, ha sido alardeada en diferentes espacios como un requisito fundamental para su inserción en el mercado de trabajo. Para ello, el trabajo tomó como referencia autores como Marx y Engels (1984, 2007), Frigotto (1999) y Outhwaithe y Bottomore (1996), entre otros. Se concluyó que las actuales propuestas educativas se establecen como instrumento de facilitación y aceptación consensuada de los intereses del capitalismo contemporáneo, y no como forma de superación del orden establecido.

**Palabras clave:** Procesos Educativos. Empleabilidad. Formación Flexible.

**Abstract:** The present work aims to analyze the possibility of educational processes and training and qualification through the school system allow the adequate composition of skills to give millions of unemployed the employability. In a scenario where the qualification of the worker, through flexible training, has been boosted in different spaces as a fundamental requirement for their insertion in the labor market. To do so, the work took as reference authors such as Marx and Engels (1984, 2007), Frigotto (1999) and Outhwaithe and Bottomore (1996), among others. It was concluded that the current educational proposals are established as an instrument of facilitation and consensual acceptance of the interests of contemporary capitalism, and not as a way of overcoming the established order.

**Keywords:** Educational Processes. Employability. Flexible Training.

## Introdução

Na sociedade contemporânea tornou-se senso comum falar em cidadania, inclusão social, solidariedade, ética, “fim do trabalho”, meritocracia e outras expressões sem vínculo com as relações materiais estabelecidas em uma sociedade de classes. Trata-se, na verdade, de expressões que procuram remediar a crise estrutural do capitalismo, objetivando na aparência a solução das demandas sociais.

No início do século XX, mais precisamente em 1917, a Rússia constituiu-se na primeira experiência de caráter revolucionário que confrontou a ordem capitalista. Independente do juízo de valor que se faça da experiência soviética, é inegável que marcou decisivamente a história do movimento operário mundial, obrigando o capital e seus agentes a “concessões” mínimas aos trabalhadores. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fortaleceram a opção pelo Estado de bem-estar (*Welfare State*), que inaugurou a chamada “era de ouro” do capitalismo, ainda que o crescimento econômico do pós-guerra não tenha sido desfrutado pelo conjunto da classe trabalhadora, principalmente aquela oriunda das nações periféricas.

Diante dos avanços conquistados por segmentos da classe trabalhadora, o capital reorganizou-se e sofreu profundas mutações originadas pelos grandes conglomerados industriais com tentáculos em diferentes regiões do planeta. O período inaugurado nos anos 1970 vivencia as transformações ocorridas no mundo da produção, gestadas nas décadas anteriores, conhecido pelo padrão toyotista. As novas tecnologias incorporadas no “chão de fábrica” são difundidas progressivamente para outros setores da economia. Verifica-se, dessa forma, a explosão do desemprego, a queda das taxas de lucros e a crise estrutural do capitalismo, que os ideólogos da burguesia diagnosticam como sendo do “excesso” de proteção ofertada pelo Estado aos trabalhadores por meio das políticas sociais. O chamado “Estado mínimo” foi apresentado como “solução” para a crise, experiência que ganhou espaço no Brasil a partir da eleição de Fernando Collor (1990-1992).

De fato, o avanço liberal-conservador no Brasil, tem materializado significativos retrocessos se considerarmos as conquistas sociais da Constituição Federal de 1988. Nota-se, em diferentes áreas, o Estado reduzindo seu papel de provedor dos direitos sociais em nome da racionalidade do mercado. Dessa forma, observa-se um acelerado processo de mercantilização da vida e dos direitos.

Diante da conjuntura exposta, intelectuais comprometidos com a ordem burguesa enxergam “revolução” onde somente há mudanças que não subvertem a ordem burguesa, explicando-as a partir de ideias sem vínculos com a materialidade histórica, tal qual os autores idealistas que Marx criticou na Ideologia Alemã.

Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta **base real da história**, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. **A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum**, como algo extra e supraterrrestre. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história (MARX; ENGELS, 1984, p.57, grifos nossos).

Na **Ideologia Alemã**, Marx e Engels, de forma cáustica, caracterizam alguns intelectuais identificados com o neo-hegelianismo como “carneiros que se julgam lobos, que balem de modo filosófico as representações da burguesia alemã”. Trata-se de uma metáfora bíblica na qual o evangelista critica os doutores da lei: “*Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores*” (Mt. 7, 5). Dessa forma, demonstram que muitos que atacavam o sistema hegeliano, ao contrário da metáfora bíblica, são carneiros que não conseguem superar a discussão metafísica. De forma análoga, muitos intelectuais, enxergam nas políticas sociais paliativas a expressão da socialização do Brasil ou o fim da luta de classes, como se isso fosse possível sem eliminar a propriedade privada dos meios de produção.

Acrescente-se que o atual momento é marcado pelo acirramento dos conflitos sociais, fruto da crise estrutural do capitalismo e de uma série de transformações no campo da produção e das relações político-sociais. A burguesia “nacional” associada ao imperialismo pavimenta seu domínio com a espoliação dos trabalhadores e **repressão dos movimentos sociais**. O Estado que a representa proclama uma igualdade vazia e sem substância, da mesma forma que a liberdade se traduz na retirada de direitos.

A desigualdade social, enquanto materialização da contradição de uma sociedade dividida em classes, tem sido potencializada pelo atual quadro de reestruturação do capital, ao passo que as propostas para seu enfrentamento se inserem em um cenário marcado pelo assistencialismo das políticas sociais que promovem a omissão do Estado.

Atualmente, porém, ao mesmo tempo em que vivemos a chamada era da "sociedade informática" que suscitou perspectivas otimistas sobre a possibilidade de conquista do tempo livre, ou seja, a possibilidade de o ser humano finalmente livrar-se da "maldição de Sísifo" - que simboliza a repetição, o eterno recomeço, e a prisão ao trabalho pesado -, continuamos a viver sob graves desigualdades socioeconômicas que vitimizam a maior parte da sociedade. O agravante, além disso, é o domínio do capital sobre todas as relações sociais em escala jamais vivida pela humanidade, coisificando os próprios homens, o que exige de nós reflexões urgentes e cada vez mais complexas, inclusive nas salas de aula e na convivência com os nossos alunos, **pois a escola, neste momento de reestruturação produtiva do capitalismo, está se ajustando aos ditames do mercado e se convertendo, cada vez mais, no espaço do não-conhecimento e do esvaziamento do seu sentido**. E, nesse contexto, é necessário que haja uma ação de resistência à tendência dominante destinada a fazer da escola o *locus* da reflexão, da crítica e da contra-hegemonia (FERREIRA JUNIOR.; BITTAR, 2008, p.639 grifos nossos).

Dessa forma, o núcleo das propostas burguesas para o campo da educação escolar, atribuem a ela o papel de propulsora das transformações sociais. Trata-se, todavia, de proposições no campo da educação de formação “flexível” segundo a lógica do mercado, que inclui noções supostamente novas, mas que de “novo” engendram fundamentalmente a responsabilização do fracasso aos trabalhadores. Não por acaso, disseminam-se noções vinculadas às bandeiras da “competência”, “empregabilidade”, “qualidade total”, “empreendedorismo”, entre outros.

Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de os processos educativos e de formação e qualificação por meio do sistema escolar permitirem a composição adequada das competências para conferir aos milhões de desempregados a “empregabilidade”.

### 1 A produção do trabalho precarizado.

Marx e Engels destacam o **trabalho** como princípio fundamental da produção da vida material. Enquanto outros animais apenas recolhem na natureza, confundindo-se com ela, produzindo sempre a mesma forma de vida, o homem, ao produzir suas condições de sobrevivência, a transforma e transforma-se. Pelo trabalho, os homens produzem e reproduzem as condições materiais de existência, socializa-se, estabelece contatos com seus semelhantes, cria o mundo da cultura, salta da natureza e supera seus limites naturais, mas sempre no âmbito da história.

**Dessa forma, o trabalho assume o sentido de “meio de vida”, garantindo a sobrevivência da espécie humana.** A capacidade de **trabalho** faz do homem um ser histórico; isto porque cada geração recebe determinadas condições de materiais de existência e as transmite para as gerações futuras, sempre modificadas.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (...).

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico (...).

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família”, como se costuma fazer na Alemanha (MARX; ENGELS, 2007, p.32-34).

A concepção defendida por Marx e Engels consiste em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata. Nesse sentido, embora o trabalho transforme a realidade, na sociedade capitalista quanto mais o trabalhador produz, menos ele custa para o burguês e, conseqüentemente, mais se desvaloriza. Dessa forma, o trabalho assume o caráter de uma enorme negatividade a partir do momento que o trabalhador passa a vender a sua força de trabalho, pois não dispõe dos meios de sobrevivência, tornando-se uma mercadoria.

Por isso, o trabalho realizado não satisfaz as necessidades imediatas daqueles que precisam vender sua força de trabalho no mercado, mas antes trabalham para produzir mercadorias que não lhe dizem respeito. Assim, a atividade laboral do trabalhador não é voluntária, mas imposta; é o trabalho forçado. Segundo Outhwaite; Bottomore (1996, p.773):

A massa da população está separada dos meios de produção e subsistência e, por conseguinte, é compelida a ingressar no trabalho assalariado a fim de sobreviver. Através do sistema de trabalho assalariado, os trabalhadores estão submetidos à exploração sistemática: os salários são adiantados para capacidades humanas e não para alguma quantidade determinada de trabalho realizado. Dentro do processo de produção, eles são encorajados e ardilosamente induzidos a trabalhar por certo período

de tempo e com certo nível de intensidade, de modo a assegurar que o valor com que contribuem exceda o valor de seus salários. A diferença, a mais valia, a forma, a base do lucro capitalista.

Dessa forma, a produção da riqueza materializa para o operário a transferência de valor para a mercadoria e seu empobrecimento como trabalhador. Verifica-se, portanto, que o trabalho produz ao mesmo tempo mercadorias e o operário enquanto mercadoria. **“O trabalhador transformou-se em mercadoria e terá muita sorte se encontrar um comprador”** (MARX, 2006, p.66). Assim, o fruto do trabalho é estranho ao trabalhador, pois este encontra-se alienado. **A alienação** explica-se pela situação econômica de dependência do proletário ao capitalista, na qual precisa vender sua força de trabalho como mercadoria, além de permanecer alheio e estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade. Retomando as palavras de Marx (2006, p.118) nos Manuscritos econômico-filosóficos, verificamos:

Se o produto do trabalho me é bizarro e se contrapõe a mim, como poder estranho, a quem pertencerá? Se a minha própria atividade não me diz respeito, se é uma atividade alheia, coagida, a quem pertencerá então? A outro ser diferente de mim. Quem será este ser?

Em outras palavras, para sobreviver, para ter os meios para isso, o trabalhador precisa vender a si mesmo, atendendo às necessidades do mercado marcado pela competição gerada pelo exército de reserva.

O estatuto do trabalho é um assunto crucial nas sociedades industrializadas e pós-industrializadas. É a dimensão fundamental da organização social. Se reconhecermos que esta característica é essencial às nossas vidas, é igualmente necessário admitirmos que não faz muito tempo que as sociedades se baseiam no trabalho. Faz apenas dois séculos que o trabalho se instituiu tal como o conhecemos na atualidade: remunerado, principal meio de sobrevivência individual, relação de caráter fundamental. Na atualidade, também correlacionamos o termo trabalho com crise. Estar em crise parece ser a marca de nossos dias. Há crise em quase tudo: no trabalho dos bancários, no fordismo, na educação e nas profissões. Hoje, mais do que ontem, fala-se em crise de emprego e de trabalho como se fossem sinônimos. Melhor seria que fizéssemos menção à crise do pleno emprego, se é que algum dia este existiu (AUED, 1999, p.15).

Como se vê, o capitalismo confronta-se com o seguinte paradoxo: embora a produtividade determinada pelo modo de produção capitalista alcance grande magnitude, de forma que o trabalho proletário poderia consideravelmente ser reduzido, aquele aumento de produtividade é conseguido por meio da crescente fragmentação e do esvaziamento do trabalho que cada trabalhador faz. Em outras palavras, o capital não poderá permitir seu pleno desenvolvimento, na medida que a expropriação do trabalhador ocorre por meio do chamado “trabalho vivo”, ou seja, o trabalho humano direto. Por isso, a necessidade, por parte do capital, de encontrar “novas” formas de contratos de trabalho, ainda que isso signifique a intensificação da exploração.

Evidencia-se, assim, no alvorecer do século XXI, o esgotamento da capacidade civilizatória do capital. Seu caráter destrutivo tende a ganhar dimensões cada vez maiores. Os trabalhadores são cada vez mais descartáveis, assim como tudo aquilo que é produzido. Expande-se a precarização das condições de trabalho e cresce o subemprego em suas variadas formas. “Da mesma forma, os perdedores, como num eterno castigo de Sísifo, são novamente os trabalhadores dos diferentes países do mundo, também numa magnitude extraordinariamente maior” (FRIGOTTO, 1999, p. 10).

Em um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fica transparente a incapacidade do capital de resolver a questão do desemprego. Acrescente-se aqui que essa disposição, nunca poderá ser levada a sério partindo dos interesses da burguesia.

A taxa mundial de desemprego deverá subir moderadamente de 5,7% para 5,8% em 2017, o que representa um aumento de 3,4 milhões de pessoas desempregadas, afirma o novo relatório lançado hoje pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Perspectivas sociais e do emprego no mundo – Tendências de 2017”.

Lembremos o estatuto teórico da questão presente no desemprego. A condição das relações entre o capital e a classe trabalhadora – aqueles que não possuem outra mercadoria para vender senão sua força de trabalho a qual necessitam vender para sobreviver, é fortemente determinada pela concorrência que o capital instaura entre os trabalhadores. Em outras palavras, o desemprego não é um acidente, mas uma necessidade para o capital manter o exército de reserva.

Dessa forma, o crescimento mundial das taxas de desemprego contribui para engendrar formas de intensificação da exploração, o que significa desemprego, subproletarização do trabalho, nas formas de trabalho precário, temporário, terceirizado, informal etc. Observa-se igualmente a incorporação de significativo contingente imigrante e feminino no mercado de trabalho acompanhado do trabalho infantil, ainda que formalmente proibido, além de uma avalanche de medidas que destroem as conquistas históricas dos trabalhadores. Trata-se de:

[...] expropriação contratual, ou a tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, como o trabalho por venda de projetos, a constituição de empregadores de si mesmo, como as “pessoas jurídicas” singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas desterritorializações; as flexibilizações de contrato, precarizações e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnologias de controle hierárquico distanciado, etc (FONTES, 2010, p. 58).

Diante dos limites de um artigo, cabe-nos enfatizar que sob o signo das relações capitalistas, o trabalhador sofre uma chantagem constante: perder o emprego. A miséria e a degradação humana, é entendida por Marx como o desdobramento da ordem imposta pela burguesia e seu fim último. Dessa forma, faz exatamente da miséria ou da sua probabilidade, um mecanismo intenso de coerção, que impele o trabalhador a se submeter à lógica do capital.

A ascensão da “onda” liberal, que se seguiu à agitação política e econômica dos anos 1970, apresentou-se como “inevitável”. As justificativas para a “nova ordem” pautaram-se na “superioridade” do capitalismo diante da crise do chamado “socialismo real” e das novas tecnologias que emergiam para além do controle e intervenção dos Estados. Dessa forma, justificava-se que a sobrevivência de nações e trabalhadores no “mundo globalizado” dependida de suas respectivas adaptações à competição do mercado. Em síntese, o receituário econômico liberal inclui medidas monetárias de “combate à inflação” e aos “gastos públicos”, “redução do déficit fiscal” e a formação de mão de obra flexível para as novas demandas do mercado.

Dessa forma, as relações capitalistas de produção, por alicerçarem-se na exploração do homem pelo homem, são ocultadas pelos ideólogos identificados com a burguesia como algo “natural” ou pela má

administração pública que é punida pelo “deus” mercado. Em decorrência desta mistificação, a dominação de classe da burguesia é escamoteada e o Estado apresentado acima dos interesses de classe.

O que se define como uma “sociedade aberta” ou como uma “ordem democrática” de “direitos iguais” fecha-se para a classe trabalhadora. As transformações ocorridas no âmbito da produção e o avanço das proposições liberais no âmbito das relações entre capital e trabalho tem sido dramática no dia a dia dos trabalhadores, o que se materializa na redução do espaço e da forma de expressão dos interesses populares e na deterioração das condições de vida.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de compreender o Estado, as relações jurídicas e todas suas instituições criadas socialmente, fruto de um determinado estado das relações materiais de produção estabelecidos socialmente. Trata-se de conservar-se firmemente no solo da história real; dessa forma, não é possível explicar a educação ou qualquer outro fenômeno social partindo da ideia, mas explicá-la a partir das relações estabelecidas entre os homens.

Assim sendo, não devemos nos iludir com as ideias de uma formação “flexível”, de “qualidade total”, “empregabilidade” e outras pensadas ou imaginadas pelos ideólogos burgueses, mas sim da realidade prática, a partir do processo de produção da vida real dos homens, tal qual é apontado por Marx e Engels.

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. **São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida**, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 2007, p.86-7, grifos nossos).

Ou ainda,

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. **Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, na realidade o poder, na ceterior de seu pensamento.** A disputa acerca da realidade ou não-realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente escolástica (MARX; ENGELS, 2007, p.537, grifos nossos).

Isto posto, o pesquisador deve partir da distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre o fato comprovável e ficção, entre declarações e/ou documentos baseados em evidências e sujeitas à evidenciação e aquelas que não o são. Por isso, faz-se necessário tomar cuidado com as declarações oficiais, documentos, a imprensa etc., pois nem sempre correspondem aos fatos empiricamente comprováveis.

### *Apontamentos para a questão da educação escolar*

Se o papel da escola, no início de sua constituição, limitou-se em disciplinar a mão de obra para a indústria nascente, diante da reestruturação produtiva do capital, tal função foi alterada; a escola atual se um espaço estratégico para burguesia. Não por acaso, verifica-se o interesse renovado do empresariado na educação pública do Brasil travestida de “responsabilidade social”.

O interesse do empresariado nas questões educacionais não é novidade em nosso país. Não é difícil encontrarmos críticas dos homens de negócios ao papel desempenhado pelo Estado na condução

das políticas educacionais. Tal interesse explica-se pelo nicho de mercado que representa a educação, além de ser um espaço de difusão dos valores burgueses.

Nesse cenário, a bandeira da qualificação do trabalhador por meio de uma formação flexível tem sido alardeada em diferentes espaços como sendo um requisito fundamental para sua inserção no mercado de trabalho. Amparadas em pressupostos provenientes da teoria do capital humano, o investimento em educação é considerado estratégico para impulsionar a carreira do indivíduo e potencializar o crescimento econômico da sociedade. No entanto, é importante frisar que a defesa da educação para formação do trabalhador como estratégia de enfrentamento do desemprego estrutural é reflexo da incapacidade burguesa de resolver os problemas colocados pelas relações capitalistas.

Dessa forma, é atribuída à educação escolar uma função: ampliar as possibilidades individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, aumentar a “empregabilidade” dos trabalhadores, num cenário marcado por uma crise estrutural do capitalismo.

No entanto, com a expansão da precarização das condições de trabalho e o crescente subemprego, a formação e qualificação escolar se ajustou às necessidades do mercado, não por menos nas últimas décadas o currículo escolar passou por severas alterações a fim de congregar uma formação adequada à “sociedade da informação”. A retirada de disciplinas como Filosofia e Sociologia da grade curricular, para a inserção de disciplinas como **Empreendedorismo** já é realidade em diversas instituições de ensino do país. De acordo com a proposta empreendedora, o desemprego pode ser superado por meio de uma formação profissional qualificada e adequada às novas demandas do mercado.

Todavia, o novo “canto da sereia”, enquanto proposta de superação do desemprego, não deve ser compreendido de forma anacrônica nem mesmo como um embrião para a superação da alienação do trabalhador, ao contrário, tal fato está em estreita sintonia com necessidade do capital em manter um exército de reserva. Nesse cenário, a educação é marcada por uma visão idealista enquanto proposta de ampliação das possibilidades dos indivíduos por meio do desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para empreender no mercado e a assim garantir a liberdade humana. Para tanto, a educação passa a ter o papel fundamental em ajustar e adaptar o indivíduo à sociedade cujos membros não importam as diferenças, mas que se aceitem mutuamente e respeitem às suas especificidades; como consequência, esvazia-se o caráter da totalidade social e da superação da ordem estabelecida.

Isto posto, é importante ressaltar que se a educação não possui o caráter milagroso a ela atribuído, tampouco será possível a elevação cultural do trabalhador sem conquistarmos o espaço escolar. Se, por um lado, o Estado burguês não possui condições de suprimir as profundas desigualdades econômicas pela educação, por outro lado, a escola não pode ser encarada como uma simples reprodutora das concepções de mundo das classes dominantes. Se essa assertiva fosse verdadeira, estaria negada aqui o próprio materialismo histórico e dialético.

Sem dúvida, a emancipação do homem implica na superação com a totalidade da ordem material burguesa assentada no controle da propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, reivindicar

por uma educação que liberte os indivíduos dos grilhões que o prendem, sem romper com os mecanismos materiais que geram a alienação é acreditar nas propostas reformistas.

### *Considerações finais*

Conforme demarcado no direcionamento deste trabalho, compreende-se que os processos educativos de formação e qualificação, na atual conjuntura do capital, contribuem para se manter um exército de reserva por meio da geração de formas sofisticadas de exploração do trabalhador e pela mistificação, por meio do plano formal do enfrentamento dos problemas sociais e estruturais do sistema capitalista.

Logo, a possibilidade de os processos educativos e de formação e qualificação por meio do sistema escolar, não permitem a composição adequada das competências para conferir aos milhões de desempregados a “empregabilidade”, mas sim, contribuem para ocultar e mistificar ideologicamente, por meio do plano formal, o antagonismo de classes. Já que as atuais propostas educacionais se estabelecem enquanto instrumento de facilitação e aceitação consensual dos interesses do capitalismo contemporâneo, e não como forma de superação da ordem estabelecida.

Ora, se a educação, por si só, não possui as condições de superar a ordem burguesa, sem dúvida, é uma trincheira que deve ser conquistada pelas forças populares. A superação do senso comum também passa pela escola, que não deve ser deixada exclusivamente nas mãos da burguesia. Por isso, fazem-se necessárias estratégias de luta que ampliem o espaço das forças identificadas com a superação da ordem dentro do ambiente escolar e acadêmico.

Nesse sentido, a luta por uma escola pública que seja portadora de uma proposta que possibilite aos alunos o acesso ao que há de mais rico na produção humana não é um fim em si mesmo. Seu objetivo final é contribuir para preparar o caminho para uma revolução radical, que supere a ordem burguesa e emancipe todos os homens.

Por fim, considerando que a educação por si só não é transformadora e revolucionária, mas sim um instrumento para se criar as condições necessárias para a superação dessa ordem societária, conclui-se que as estratégias de lutas e a socialização do que a humanidade tem produzido social e historicamente, em todas as áreas da ciência e da vida humana, pela totalidade da classe trabalhadora, devem ser instrumentos incorporados pela escola.

### *Referências*

AUED, Bernadete Wrublevski. Introdução. In: AUED, Bernadete Wrublevski. **Educação para o (des) emprego:** ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERREIRA JUNIOR, Amarildo; BITTAR, Marisa. **A educação na perspectiva marxista:** uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. Interface. (Botucatu) v.12, n.26. Botucatu Jul. Sep. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832008000300014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000300014)>. Acesso em: 25 mai 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: AUED, Bernadete Wrublewski. **Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Elementos fundamentales para la critica de la economia política: borrador 1857- 1858. 7. ed. Traducción Pedro Scaron. México, D. F.: Siglo Veintiuno, 1978.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K. Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, K. **O capital**. 7.ed. São Paulo: DIFEL, 1983, p.8-18.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **OIT estima que desemprego global terá aumento de 3,4 milhões em 2017**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-estima-que-desemprego-global-tera-aumento-de-34-milhoes-em-2017/>>. Acesso em: 25 mai 2017.

OTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

### Notas:

- <sup>1</sup> Possui licenciatura plena em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1988); Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral (1997); Mestrado (2001) e Doutorado (2008) em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Trabalhou como professor de História na Educação Básica (1989-2009) e como professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), lotado no Depto. de Ciências da Educação, com experiência nos seguintes temas: História da Educação, Trabalho e Educação; Estado e políticas públicas em Educação e Fundamentos do Ensino de História. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, lotado no Departamento de Fundamentos da Educação. Participa do Grupo de Pesquisas em Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação - UFSC/CNPq e do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião, Educação e Modernidade (Universidade Estadual de Maringá). Email: [marcooliveiragomes@yahoo.com.br](mailto:marcooliveiragomes@yahoo.com.br)
- <sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2009), com especialização em Sociedade Inclusiva e Educação Especial (CTESOP). Atua como professora de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial e Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Inclusiva; Políticas Públicas da Educação Especial; Educação e Trabalho; Epistemologia; Filosofia e Sociologia da educação. Coordenou o Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Madeira Mamoré (UNIR/CNPq), o qual visa fortalecer o desenvolvimento sustentável para a Agricultura Familiar a partir do enfrentamento das desigualdades de renda e gênero. Membro do grupo de pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR/UNIR. Email: [gedeli.ferrazzo@ifro.edu.br](mailto:gedeli.ferrazzo@ifro.edu.br)
- <sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, com pesquisa na área de educação e trabalho. Especialização em filosofia com ênfase em ensino de filosofia. Licenciada em História. Trabalhou como professora auxiliar no Instituto Federal de Rondônia. Trabalha na rede privada de ensino fundamental e médio. Experiência na área de ensino em EAD. Atualmente trabalha como pesquisadora no Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Madeira Mamoré (UNIR/CNPq), o qual visa fortalecer o desenvolvimento sustentável para a Agricultura Familiar a partir do enfrentamento das desigualdades de renda e gênero. É membro do Grupo de Pesquisa Histedbr-UNIR e Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade- CIEPES. Email: [claudiapvh@hotmail.com](mailto:claudiapvh@hotmail.com)

Recebido em: 09/08/2017

Aceito em: 25/12/2017